

A degenerescência na fotografia da antropobiologia colonial portuguesa

Degeneration in the Portuguese colonial anthropobiological photography

MARIANA GOMES DA COSTA

ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
a59014@campus.fcsh.unl.pt

Resumo

Pressupondo a existência de uma agenda comum às missões antropológicas na África portuguesa em meados do século XX, este texto aborda o espólio iconográfico inédito da Missão Antropobiológica de Angola (1948, 1950, 1952, 1955). É meu intuito apontar não só os principais objetivos da utilização do dispositivo fotográfico pela antropologia colonial portuguesa como a sua matriz epistemopolítica, irmanando as ciências humanas da antropologia, nas suas vertentes física e criminal, e da psiquiatria. Tomarei como base a degenerescência — a ideia de uma falha biológica ou de um atraso evolutivo afetando determinados indivíduos — como noção-chave, ainda operativa, no estudo das populações sob a administração colonial, argumentando que a antropologia colonial, tecnocientificamente suportada pela fotografia dos estigmas — as marcas físicas e/ou psíquicas da degenerescência visíveis ao longo da superfície corporal —, atendeu tanto ou menos à racionalização da exploração do trabalho colonial, no que seria uma agenda primordialmente económica, do que à construção da ideia de uma *Nação*

pluricontinental e multirracial que não deixou nunca, porém, de afirmar a inferioridade física dos corpos colonizados como forma de justificar a tutela portuguesa. Sem esquecer o relativo atraso geral de Portugal, aquilo que se verifica é que, de modo a fazer face ao movimento anticolonial do pós-II Guerra Mundial, a mesma degenerescência que perdera força nalguns terrenos epistemológicos — caso da psiquiatria, cuja viragem de paradigma se deve muito ao *apport* da psicanálise freudiana — surge ainda como grelha conceptual de leitura dos corpos colonizados, mostrando-se cooptada por uma agenda política de contornos eugénicos. A tarefa do *medium* fotográfico será aqui de crucial importância: do mesmo modo que presidira à construção visual do doente mental, a fotografia presidirá à construção visual do Outro racial.

Antropobiologia | fotografia | corpos colonizados | degenerescência estigmas

—
Palavras-chave

—
Abstract

Assuming a a common agenda linking the Portuguese anthropological missions in Africa of the mid-20th century, this paper analyses the unpublished iconographic spoil of Angola's Anthropological Mission (1948, 1950, 1952, 1955). I aim to point out both the main goals of the Portuguese colonial anthropology use of the photographic apparatus and its epistemopolitical matrix, gathering the human sciences of anthropology (physical/criminal) and psychiatry. I take the concept of degeneration — the idea of a biological defect or evolutionary delay affecting some people — as being still operational in studying those populations under colonial administration. I argue that colonial anthropology, tecnocientifically supported by the photographic image production of stigmata — physical/psychical marks of degeneration, which are visible on the body surface — has attended so much or less to the rationalisation of the colonial labour exploitation (in what would be a primary economic agenda) than to the construction of the idea of *a multicontinental and multi-racial Nation*, which, nevertheless, has never ceased to affirm the physical inferiority of the colonised bodies as a way to justify the Portuguese colonisation. Bearing in mind Portugal's general delay and the political necessity

of facing the anticolonial movement of the post-II World War, I conclude that the same degeneration that had lost its force in some epistemological domains — e.g. psychiatry, which paradigm transition has mainly to do with to psychoanalysis' *apport* —, still appears as the conceptual guideline of the approach to the colonised bodies, proving itself co-opted by a eugenic political agenda. The photographic medium task is crucial here: having presided over the visual construction of the mentally ill, photography presides over the optical construction of the racial Other. Anthropobiology | photography | colonised bodies | degeneration | stigmata

—
Keywords

As disciplinas gémeas e o eixo fundamental da degenerescência

Durante muito tempo, antropologia e psiquiatria caminharam juntas. Inseridas no conjunto das ciências humanas consolidadas durante o século XIX, as duas foram justamente consideradas *disciplinas gémeas*, importando os métodos antropométrico e comparativo, de inspiração estatística, tentando ao mesmo tempo aproximar-se da ciência experimental (Agra 2012, 452). Não esqueçamos, sobretudo, que as ciências humanas surgem imersas num clima de positivismo científico, afirmação do evolucionismo, do darwinismo social e das teorias degeneracionistas, dando forma ao filão eugenista que acompanhará a cultura ocidental pelo menos até meados do século XX, culminando no Holocausto. Por isso, mais do que contaminação de uns saberes por outros, o que parece haver nesta altura é essa mescla ou indistinção epistemológica que tem na degeneração e na questão da defesa social os seus polos axiais¹.

No caso da antropologia, é preciso ter ainda em conta que, como nota João Leal, “aquilo que hoje designamos como antropologia e que, na altura, era classificado de muitas outras maneiras. — Etnografia, folclore, etnologia, demótica, demologia, mitologia, mitografia, tradições populares, eram, de facto, as expressões mais ou menos equivalentes utilizadas para designar este novo campo de saberes que possuía, simultaneamente, fronteiras relativamente porosas com disciplinas como a filologia, a

¹ Apontando para isso mesmo, António Maria de Sena, o pioneiro da psiquiatria portuguesa, ia mais longe, afirmando-a como um ramo da antropologia: “Assim considerada, [a alienação mental] faz parte da história natural do homem, e é, por isso, um capítulo importante da antropologia” (Sena 2003, 72); “O seu estudo [do homem degenerado] é, como acima fica dito, um capítulo importante da antropologia; e, quando cultivado e trabalhado com o fim superior de *curar*, entra no corpo das ciências médicas, e toma o nome de — *medicina psíquica*, ou *psiquiatria*” (*ibid.*, 76).

linguística, a história literária, a arqueologia ou a antropologia física.” (Leal 2000, 30)². Não obstante, a vertente física da antropologia dominou, *ab initio*, todas as outras práticas antropológicas, cifrando-se a antropologia portuguesa numa *antropobiologia*.

Nascida sob a égide de uma ciência da *raça*, a antropologia estava fundamentalmente preocupada em classificar a diversidade humana de acordo com uma escala hierárquica determinada pela inferioridade das raças não-ocidentais, *grosso modo*, e pela superioridade das raças ocidentais, o que era atestado a partir de índices físicos, em especial a medição craniana (Gould 2004; Stocking 1988). A cultura ocidental funcionou como um padrão a partir do qual culturas ditas *primitivas*³ foram julgadas e consideradas inferiores — mais do que um juízo ativo, esta era uma assumpção inquestionada. Só na década de 1920 viria a ser rejeitada a classificação racial como princípio estruturante da pesquisa antropológica, em prol de processos sociais, culturais e materiais. Muito significativamente e não por acaso, do mesmo passo teria lugar o abandono da fotografia e da antropometria. (Green 1984, 34).

Este texto assume como axial a noção da *degenerescência*, que durante mais de meio século norteou o olhar científico, afirmando o carácter organicamente defeituoso de certos indivíduos ou grupos sociais. A sua formulação é da autoria do médico alienista Bénédict Morel (1809-1873), que em 1857 a propôs como chave de leitura organicista para o fenómeno da alienação mental. Ao mesmo tempo que se apropriava da noção mais antiga de degeneração da história natural (Buffon, Lamarck) e da própria medicina (Bichat; cf. Foucault 1963), i.e., a ideia de um desvio no curso natural da vida, Morel conferia já à degenerescência uma tónica estatística, ao formular a noção de *tipo primitivo*, uma espécie de norma cujo afastamento significava um movimento de *queda* progressivo. A transmissão hereditária da degenerescência acarretava perigos gravíssimos, ameaçando a espécie humana. Os degenerados eram, pois, *aleijões humanos* (Freire 1889, 30), a sua condição sendo patente num conjunto de marcas físicas e psíquicas: os *stigmata*.

Depois de Morel, outro alienista, Cesare Lombroso (1835-1909) — o pai da antropologia criminal —, alargou a lista dos estigmas aos comportamentos e outras marcas socioculturais: alcoolismo, prostituição, homossexualidade, tatuagens, cicatrizes, modos de falar, modos de olhar... Recorrendo tanto à antropometria como ao método da

² O uso fluido dos termos etnologia e etnografia deve-se a Paul Broca (1824-1880), pai da antropologia francesa, que definiu a etnologia como o estudo das raças, ou seja, uma sub-área da antropologia física, numa definição que perdurou, pelo menos em Portugal, até à década de 1940 (Pereira 2005, 215-216).

³ Aquilo que vários autores designam como o filão analítico do primitivismo acompanhou a antropologia até ao final do século XX. De inspiração biológica darwinista, postulava a existência de modos de vida mais simples ou elementares, considerados por isso anteriores à civilização moderna, ao mesmo tempo que podia permitir aceder ao passado de uma determinada cultura, atingindo “uma universalidade a-histórica” (Viegas e Pina-Cabral 2014, 314). No plano colonial, ele foi usado com o objetivo de demonstrar o carácter civilizacionalmente atrasado — selvagem, bárbaro — dos povos indígenas, a despeito de uma retórica política perversa em que, como afirmam Viegas e Pina-Cabral: “Conjugavam-se assim as duas formas de primitividade numa interpretação fantasmagórica em que as duas reivindicações de autoctonia (rural e indígena) eram apresentadas como constitutivas da nação imperial transcontinental” (*ibid.* 318-319).

fotografia compósita, inventado por Francis Galton — nome maior da antropologia física inglesa —, Lombroso pôde fixar o *criminoso-nato*, um tipo patológico caracterizado pelo seu atavismo, i.e., um atraso evolutivo ou um carácter selvagem, bárbaro⁴. A sua perigosidade impunha medidas de defesa social oscilando entre o confinamento perpétuo e a eliminação.

Se a teoria da degenerescência não pode dispensar a noção de estigma como prova do diagnóstico, este não pode dispensar a fotografia como o seu *medium* de revelação. O estigma é a *contrapartida à lesão orgânica* que comandava já a prática da medicina experimental, segundo o postulado de Claude Bernard de que a cada patologia deve corresponder uma lesão localizável no organismo (Cascais 2016, 113-114). A fotografia, por seu turno, afigurava-se como um *medium* capaz de ver mais ou de ver melhor do que o olho humano, acreditando-se na sua capacidade de aceder a um *inconsciente óptico* (Benjamin 2008). Na sua omnisciência, a fotografia surgia, assim, como a materialidade que a antropologia, tal como a psiquiatria, não conseguiam oferecer de outro modo como *prova* da doença mental ou da inferioridade biológica de certas raças.

Justamente, como explica Cândido da Agra, para o corte epistemológico entre antropologia e psiquiatria, nas primeiras décadas do século XX, foi decisivo o abandono da teoria da degenerescência, permitindo pensar o crime e a loucura fora de um esquema biologista e determinista. Durkheim e Freud seriam, segundo Agra, os representantes desse novo paradigma antropológico e psiquiátrico (Agra 2012, 453). Decerto, o filão sociológico da antropologia criminal terá em Durkheim o seu *apport* decisivo, abrindo-se aos factores sociais na base do desvio. No caso da antropologia física, as coisas talvez sejam diferentes: na conjuntura eugenista que é a da primeira metade do século XX, em que se discutem os perigos da miscigenação, a degenerescência surge como a consequência do cruzamento entre raças (Santos 2002, xx), dando força aos projetos de higiene racial, tanto internos, dizendo respeito à população doméstica, como externos, relativos aos territórios ultramarinos das potências coloniais.

⁴ Em Portugal, a doutrina de Lombroso suscitou muitos adeptos, mas também críticos, alguns deles internos — recorde-se como Basílio da Costa Freire reputa as noções de *tipo* e *raça* como *fantasias* (Freire 1889, 191), ou o modo como desautoriza o tipo antropológico criminal por falta de uma pesquisa consistente (*ibid.* 189 ss.). Destaque-se a dissertação de Manuel José d'Oliveira, intitulada *O problema de Lombroso* (1904), que opõe com nitidez degenerescência e atavismo, a primeira considerada um estado patológico, o segundo um estado biológico. Sucede também que o atavismo não é já entendido como regressão mas como hereditariedade de caracteres latentes, o que, sendo um fenómeno excepcional, aparenta ser mais frequente no cruzamento de raças afastadas, leia-se, na miscigenação (Oliveira 1904, 17-18).

A depuração biológica da degenerescência e a sua prevalência no campo antropológico

A psiquiatria foi a primeira a abrir mão da degenerescência. Tal aconteceu por dois motivos principais: desde logo, ocorreu uma espécie de falência interna do próprio conceito: a degenerescência tornara-se um guarda-chuva demasiado amplo, capaz de abrigar todos os diagnósticos, revelando a sua inconsistência *latitudinária* (Quintais 2008, 366). Por outro lado, a entrada da psicanálise no campo psiquiátrico foi um verdadeiro *breakthrough*, conduzindo a um novo paradigma que tem em conta a subjetividade do doente e, para o que aqui importa, fundado na escuta (no diálogo) e não já na observação ou na representação visual do sujeito doente. Sem prejuízo de a fotografia dos estigmas ter continuado a ser usada para efeitos de descrição morfológica dos indivíduos, ela foi progressivamente abandonada. A degenerescência deixava assim de fazer parte do discurso psiquiátrico e da sua prática clínica. Este era também o final do chamado episódio neuropsiquiátrico: psiquiatria e neurologia autonomizavam-se como ramos médicos.

Em Portugal, o responsável por esta viragem foi o psiquiatra José Sobral Cid (1877-1941). Em 1924, já Cid declarava a degenerescência “inaceitável”:

Poder-se-á estranhar que houvéssemos desperdiçado tanto tempo na exposição e na crítica destas classificações que já passaram à história da psiquiatria. Ambas porém tiveram entre nós a sua época e a sua aura. As ideias de Magnan, tradicionalmente partilhadas pelo corpo clínico do Manicómio do Conde Ferreira, onde se contam os nomes dos Profs. Sena, Júlio de Matos e do nosso ilustre colega Magalhães de Lemos, tiveram o seu solar nesse centro de estudos psiquiátricos e daí largamente influenciaram a mentalidade médica do país. As doutrinas de Kraft-Ebing, introduzidas e divulgadas entre nós pelos Profs. Sena e Miguel Bombarda, foram as que durante muito tempo orientaram a actividade clínica deste Manicómio, tendo também contribuído para a formação psiquiátrica de muitas gerações médicas. Embora estas classificações não vigorem já nem nas nossas escolas nem nos nossos asilos, ainda hoje se encontram no nosso corpo clínico muitos médicos práticos que se exprimem na sua linguagem. (Cid 1924, 88)

Isso mesmo era corroborado pelo grande protagonista da antropologia portuguesa novecentista e mentor das missões em África, António Augusto Mendes Correia (1888-1960). Em 1940, na conferência proferida no Congresso de Ciências da População, intitulada “Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate”, Mendes Correia afirmava:

Seglas e muitos outros tinham sido pela restrição, na verdade hoje predominante, a ponto de Genil-Perrin dizer que a degenerescência na psiquiatria pertence à história. Afrânio Peixoto reconheceu que não era fácil limitar ou circunscrever a degeneração, que

— escreve — é o *débarras* da psiquiatria: “O que não cabe em outras rubricas de diagnóstico, vai ter aí”. Como Gilbert Ballet, Lévy-Valensi entende que o termo degenerescência deve ser banido da linguagem corrente da psiquiatria. A razão está em ser dada ao termo uma significação metafísica.” (Correia 1944, 168)

Mais do que o desaparecimento, está em causa a mutação de um conceito: a degenerescência perde o cunho patológico que detinha enquanto anexa à doutrina psiquiátrica para se firmar num plano puramente biológico. Aplicando-a à esfera propriamente racial, Mendes Correia declarava na mesma conferência: “O que [a degenerescência] pode ser é um processo celular, individual ou racial, segundo a sua extensão. [...] Pode afectar células, tecidos, órgãos, indivíduos, raças” (Correia 1944, 165). Contrariando a ideia do *degenerado superior* — o homem de génio, que escapava à norma pela positiva —, o antropólogo não hesitava:

Um degenerado, como *degenerado*, é sempre inferior, é sempre um decadente evolutivo, em relação ao tipo específico normal. Conviria assim banir aquela expressão [degenerado superior] que conduz à errónea suposição vulgar de que a degenerescência pode possuir aspectos autenticamente brilhantes, quando é certo que tal brilho não lhe pertence, não é a sua consequência. (Correia 1944, 165-166)

É, portanto, com esta tónica da inferioridade, aliada à perigosidade e à transmissão hereditária dos caracteres, que a degenerescência se mantém operativa, vindo a revelar-se particularmente útil na caracterização dos corpos colonizados. Diga-se que a inferioridade dos povos colonizados era já um dado não só adquirido como juridicamente fixado. Antes mesmo do Ato Colonial de 1930, um outro decreto, o “Estatuto político, civil e criminal dos indígenas” (1929), declarava os habitantes das colónias portuguesas, os chamados *indígenas*, como carentes de um legado civilizacional que cabia aos portugueses transmitir, referindo-se-lhes nos seguintes termos:

Mantemos para êles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos, da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior, do seu nível de existência. (*Diário do Governo* n.º 30/1929, 386)

Continuando a constituir o critério diferenciador do normal/anormal, a degenerescência faz também a separação primitivo/civilizado. Alargando-se porém a uma escala cultural, a sua grelha de avaliação mantém-se biológica, tanto mais que a antropologia física determina os estudos: “Os estudos de antropologia física estão em primeiro lugar”, escreve Mendes Correia num plano técnico de estudos antropológicos coloniais que elabora em 1941, “pois por eles se procuram estabelecer as características

somáticas e as possibilidades psicofísicas dos diferentes povos e tribos coloniais” (Matos 2014, 234). Destaca ainda a urgência de se estudar os angolanos bosquímanos, “uma raça em via de extinção pelas suas condições de inferioridade”; e declara que “a etnografia surgirá como auxiliar útil destes estudos, como fonte preciosa de informações” (*Ibid.*, 234-235).

A agenda política da antropobiologia portuguesa

Nesta altura, as campanhas missionárias estão já em curso desde 1936, na sequência da criação da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (JMGIC) e da Missão Antropológica de Moçambique (MAM), liderada por Joaquim dos Santos Júnior, discípulo de Mendes Correia. No decreto da sua criação (26.842/1936), declara-se que a MAM tem como propósito o “conhecimento dos grupos étnicos de cada um dos nossos domínios ultramarinos, ou seja, a elaboração das respectivas cartas etnológicas” (Correa 2021, 2). A despeito da convocação da etnologia, a verdadeira missão destes homens, como corrobora Santos Júnior no relatório da 5.^a campanha em Moçambique (1948), é a descoberta da natureza étnica dos povos ultramarinos a partir do estabelecimento das suas afinidades somáticas (*Ibid.*). Nesta preocupação em isolar as etnias em tipologias (tipos étnicos) se anuncia sem pudor o antropobiologismo estrito das missões, antropobiologismo que obsta à etnologia propriamente dita (Pereira, 1987)⁵. A par da tipologização étnica, os antropólogos deveriam estudar a vitalidade e robustez das populações africanas, realizando também testes psicotécnicos com vista a avaliar as suas capacidades profissionais, disso dependendo o desenvolvimento de uma economia colonial assente na agricultura intensiva e na indústria (Pereira 2005, 220; Correa 2021, 3).

Assim, correndo o risco de uma redução do tema da antropobiologia à ergografia, enquanto aferição da capacidade de trabalho indígena, vários investigadores parecem apontar para a tese de que a investigação científica nas colónias teve uma agenda económica privilegiada (Pereira 2005; Matos 2012; Correa 2021). Pelo contrário, ao elevar a antropobiologia tanto sobre a ergografia como sobre a etnologia, pretendo destacar a agenda propriamente ideológica das missões: *grosso modo*, a antropologia colonial portuguesa tem como tarefa primária provar a inferioridade cultural do negro a partir da avaliação dos seus caracteres físicos e psicológicos, legitimando a colonização. Sem descurar aquele factor económico — decerto, a antropobiologia não se preocupou apenas em provar a inferioridade racial a partir da medição antropométrica dos corpos,

⁵ Só depois de meados da década de 1950, na sequência da criação do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar (1954), será empreendido, pela equipa de Jorge Dias em Moçambique, o estudo de aspectos históricos e económicos, visando apreender a cultura material das populações das colónias. Aparentando operar uma ruptura no panorama antropológico, estes não deixavam de ser estudos preventivos: conhecer as motivações, as práticas e as aspirações dos *indígenas* era preservá-los do *desassossego* que subjaz à insurreição (Pereira, 1987, 98). Donde, de um modo sumamente evidente, esta não era ainda uma disciplina imune à instrumentalização política e, portanto, autónoma.

mas também com uma medição ergográfica para aproveitamento de mão-de-obra, com a avaliação da sua assimilabilidade, com a detecção de patologias eventualmente comprometedoras ou transmissíveis aos colonos... —, esta é uma tese que ajuda a explicar a mais que prolífica produção fotográfica das missões, onde a fotografia detém um papel de registo, mas parece ser sobretudo tomada na sua dimensão *indicial*, leia-se, como vestígio ou prova, o que não seria indispensável em termos ergográficos. Falo, portanto, de um desfazamento: a antropologia colonial portuguesa parece continuar a seguir a mesma grelha conceptual que a psiquiatria e a criminologia haviam seguido, mas que abandonaram. Como explicar, então, a operatividade persistente da noção de degenerescência e sobretudo como explicar a sua aplicação por parte da antropobiologia colonial portuguesa? *Para quê* ou *a quem* serviu tudo isto?

Se a antropologia portuguesa não ocupou sempre uma posição marginal no contexto internacional, é pelo menos óbvio o seu anacronismo tanto teórico como metodológico. Os trabalhos feitos em plena década de 1950, numa altura em que é evidente o descrédito da ciência racial, correspondem aos que as grandes potências coloniais como França e Inglaterra levavam a cabo nas primeiras décadas do século. Os indivíduos continuam a ser classificados segundo tipos que remetem para disposições orgânicas de base, a antropometria servindo como reminiscência do que foram as origens da antropologia criminal e da psiquiatria, como forma de provar a intrínseca degenerescência desses corpos. Se em tal operação estava em causa legitimar o domínio do homem europeu civilizado, no caso português tratou-se de uma questão identitária *vital*: salvar o Império significava salvar a Nação⁶.

De resto, a circunstância desta «relação fusional», chamando-lhe assim, entre a nação portuguesa e o seu império havia já dado azo a um projeto de *ocupação científica* nas colónias no final do século anterior, no contexto da chamada “corrida a África”⁷. É que, como notam Ana Cristina Roque e Vítor Rosado Marques, “Mais do que a experiência secular em terras africanas reclamada como direito histórico, o seu conhecimento científico constituía o factor decisivo para a legitimação da posse dos territórios disputados pelos europeus” (Roque e Marques 2010, 73). A esta *África dos viajantes* sucederia

⁶ Esta distinção remete para a divisão feita por George Stocking (1982) entre uma disciplina antropológica orientada para a construção do Império (*Empire-building anthropology*) ou para a construção da Nação (*Nation-building anthropology*), distinguindo as grandes potências coloniais dos países periféricos. O caso português constitui-se como excepcional, porquanto, sendo uma potência colonial, a sua condição foi também sempre periférica. Mais do que uma prevalência, o que se denota no contexto português é a concomitância ou interdependência destas duas linhas, o império servindo, pelo menos a partir do final do século XIX, o desiderato de afirmar a nação, numa tendência agudizada no pós-II Guerra Mundial.

⁷ Sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) e da Comissão de Cartografia (1883), foram empreendidas uma série de expedições, com o objetivo fundamental de marcar a presença portuguesa. Os exploradores deveriam atender à extensão territorial (sobretudo zonas não conhecidas), à hidrografia, mas também à zoologia, botânica e geologia. Refiram-se, as duas expedições realizadas por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, a segunda das quais tendo o fito de ligar Angola e Moçambique, empreendimento relatado na obra *De Angola à contracosta* (1886). Apesar de nessa altura haver já a indicação da exploração da fauna para efeitos de uma ocupação humana dos territórios, essa é uma vertente pouco sistematizada nas primeiras viagens. O estudo bio-étnico das populações só se tornou prioritário a partir de 1945.

a *África dos cientistas* (Santos 2002), assinalando uma nova fase da exploração científica colonial, marcada por um investimento estatal até aí inexistente — ausência ou lacuna atestada pelo Ato Colonial, espelhando a política de estrangulamento do desenvolvimento das colónias que o Estado Novo manteve até ao pós-II Guerra Mundial.

Depois de 1945, com o intuito de salvaguardar as colónias do irromper dos movimentos independentistas africanos e da pressão internacional nesse sentido, tem início uma nova fase na política colonial salazarista, *démarche* empenhada em criar uma unidade entre metrópole e colónias, a nação e o império — em suma, construir a ideia de uma *Nação pluricontinental e multirracial*. Era dessa grande *unidade espiritual* nacional consubstanciada no império que Mendes Correia começara a falar na década de 1940, quando publicou a sua *opus magnum*, *Raças do Império* (1943), mapeando as várias raças do império português:

Diferença só na cor de pele, como já escrevi sobre aquelas quadras, nas *Raças do Império*. O mesmo sangue vermelho. Todos feitos de barro, todos filhos de Adão. Um mesmo Divino Julgador para todos. — Se para o antropologista as diferenças raciais não são destituídas de qualquer significado, as mais das vezes é estéril a preocupação da cor. Os povos são como os indivíduos. Não valem pela cor ou pela ascendência. Valem pela dignidade, pelos sentimentos, pelas capacidades, pelos ideais, pelas realizações. (Correia 1950, 22)

Nesta altura, a miscigenação, cujo combate fora a grande «cruzada» da antropologia física até então, já se desproblematizara no plano doutrinário e político (Cascais e Costa 2019, 117) e a antropologia portuguesa aderira ao filão lusotropicalista iniciado pelo brasileiro Gilberto Freyre. Recebido com resistência durante a década de 1930-40 para ser depois plenamente integrado na retórica antropológico-salazarista, como forma de justificar um *modelo colonial iluminado* (Cleminson 2014, 228-229), o lusotropicalismo sugeria que vários séculos de colonização produziram uma fusão genética entre colonizados e colonizadores, unindo-os ao mesmo tempo que se justificava o carácter excepcional e benévolo da colonização portuguesa:

Não resisto a evocar neste instante os fortes laços de fraternidade que nos unem a todas as populações do Império. Pergunto se entre os coloniais presentes, muitos com bastantes anos de vida no ultramar, algum houve que não tivesse sentido um dia em pleno mato a solidariedade, o carinho, a devoção, a fidelidade, dos seus companheiros indígenas. Gilberto Freire diz com autoridade que depois de Cristo ninguém trabalhou mais pela fraternidade das raças do que Portugal: não fazemos mais do que retribuir dedicações, lealdades, cooperação, e dar satisfação a impulsos profundos e sinceros de alma. Somos todos irmãos. (Correia 1950, 21-22)

O robustecimento de algo como uma ciência antropológica colonial portuguesa tem dois momentos-chave que, na década de 1930, mais precisamente em 1934, trazem para a frente a Escola Antropológica da Universidade do Porto, encabeçada por Mendes Correia. O primeiro é a I Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto, para onde são trazidas das colónias e estudadas, pela primeira vez, cerca de 300 pessoas negras, igualmente expostas como animais de feira ou — o que é o mesmo — inseridas em cenários reconstitutivos do chamado modo de vida indígena; o segundo, acoplado a este evento, é o Congresso de Antropologia Colonial, que *inventa*, na expressão de Ricardo Roque, um campo antropológico colonial coeso (Roque 2006, 800-801).

A partir desse momento, estabelece-se uma aliança entre os antropólogos e o Estado que explica tanto o investimento nas missões quanto uma indiscernibilidade ideológica entre ambos, perfazendo a articulação perfeita entre saber e poder conforme desenvolvida pela arqueo-genealogia de Michel Foucault (*e.g.* 2018a). Mais, a partir desse momento, os estudos eugénicos que a primeira antropologia encetara — e que constituem, aliás, a antecâmara ou ensaio dos estudos coloniais (Santos 2012, S35) — vão sofrer uma inflexão num sentido colonialista⁸. Entre a “matéria de interesse especial, quanto às populações do nosso Ultramar” selecionada por Mendes Correia (1951), a antropologia física figurará com os estudos demográficos à cabeça, “abrangendo a somatologia racial, a avaliação da robustez e vitalidade, a dermo-papiloscopia, a anatomia das partes não ósseas, a hematologia étnica, a endocrinologia, mestiçamento, aclimação e outras questões de biologia humana” (Correia 1951, 22).

As fotografias da Missão Antropobiológica de Angola

Em função da dominância dos estudos de antropologia física, com o seu enfoque naturalista e hierarquizante, aliada à prevalência, embora discursivamente oculta, da noção de degenerescência — com a importância aí assumida tanto pelo estigma como pela fotografia —, ao analisar o espólio fotográfico referente à Missão Antropobiológica de Angola (MAA), chefiada por António de Almeida e tendo como assistente da missão

⁸ Desde a fundação, em 1885, da cadeira de Antropologia na Universidade de Coimbra, esta primeira escola antropológica não deixou de investir nos estudos de pureza racial, empreendidos pelo seu líder, Eusébio Tamagnini, por Luís Duarte Santos ou Eduardo Serra (Cleminson, 2014). O próprio Mendes Correia passa as décadas anteriores a 1940 a tentar isolar o *sangue* português — a despeito das críticas dos países nórdicos à mistura genética existente nos latinos, classificados como *mestiços* —, lamentando-se por não obter resultados consistentes. Em todo o caso, e ainda que se denote este «assomo» de uma linha mais genética (que em 1934 chegou a dar azo à criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, por ação de Tamagnini), a antropologia física portuguesa nunca se aproximou da *Rassenkunde* hitleriana, permanecendo próxima da linha antropométrica francesa e, a partir da década de 1930, da antropometria alemã inspirada por Rudolph Martin (Roque 2006, 797). Entre os factores inibidores de um eugenismo português avultam o salazarismo e o catolicismo tanto do regime como do País em geral, a que se junta a escassez de meios, leia-se, a pobreza nacional (Cleminson 2014), ditando a urgência de uma profilaxia muito mais preventiva do que propriamente interventiva. Aqui se enquadra o projeto de Higiene Social e Mental defendido pelo psiquiatra Henrique Barahona Fernandes — o mesmo que defende uma abordagem clínica psiquiátrica profundamente humanista (uma *antropopsiquiatria*) —, fazendo dele a figura maior da teoria e prática eugenista em Portugal (juntamente com o médico português José Novaes Basto), sempre com uma concepção de eugenia preventiva e voluntária (Cascais 2014, 178).

António Marques d'Almeida Júnior⁹, será lícito dizer que a produção fotográfica das missões se refere, primordialmente, a fotografia dos estigmas.

A missão angolana teve início em 1948, prolongando-se por quatro campanhas até 1955 (1948, 1950, 1952, 1955), em cujo decurso os antropólogos portugueses puderam estudar um conjunto variado de etnias das mais diversas regiões daquele país. No que diz respeito ao continente africano, na mesma altura decorriam campanhas em Moçambique e na Guiné¹⁰. Decerto, como nota Rui M. Pereira, as missões portuguesas limitavam-se, na maior parte dos casos, dadas as dificuldades do trabalho de campo, a aplicar o método antropométrico, seguindo um *modismo europeu* já desatualizado nesta altura (Pereira 1987, 94).

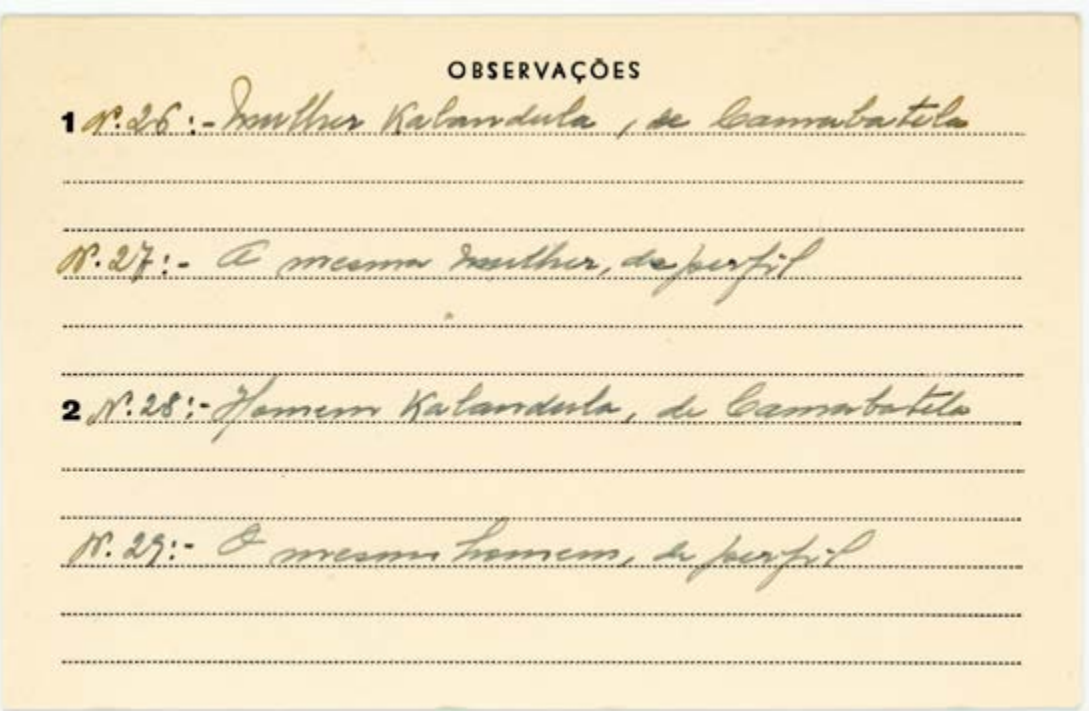
O sistema antropométrico, também chamado *bertillonage*, deve o nome ao funcionário da polícia de Paris Alphonse Bertillon, que o patentearia na década de 1890 como o método mais fiável para efeitos de identificação judiciária: a medição do corpo era complementada pela fotografia de frente e de perfil, devendo o rosto permanecer o mais inexpressivo possível (no que chegou até nós como a *mugshot*)¹¹. Não só a antropologia como a psiquiatria importarão o *bertillonage* no seu estudo dos corpos racializados e/ou doentes (Imagens 1-4), algo que, desde logo irmanando os campos da criminologia e da antropologia física, da psiquiatria e da exploração colonial numa mesma matriz originária, dá também a perceber que

Tudo o anterior, encontrado em criminosos, prostitutas, homossexuais, doentes mentais, alcoólicos e toxicodependentes, etc., era de igual modo detectável no plano racial e era isso que, justamente, permitia diferenciar com rigor, e naturalmente hierarquizar, as diferenças entre raças segundo uma escala de aproximação (o grau de melanodermia, a coloração escura da pele) *versus* afastamento (as características “atávicas”, “simiescas”) do arquétipo racial. (Cascais e Costa 2019, 118)

⁹ A Marques d'Almeida Júnior, ajudante da MAA, antropólogo e dificilmente fotógrafo profissional, se devem tanto as fotografias tiradas como a sua organização — mantida até hoje, tal como lhe acedemos no Arquivo Histórico Ultramarino — em rubricas e em caixas próprias. É importante ter em conta o que diz Ferraz de Matos: “Quando [Mendes Correia] apresentava propostas de pesquisa, contemplava sempre a solicitação de financiamento para aquisição de máquinas fotográficas e filmes de revelação. Porém, muitas vezes não existe nas propostas um fotógrafo oficial contratado, ou seja, quem estava encarregue das restantes recolhas deveria também tratar das fotografias, mediante directrizes que lhe eram transmitidas” (Matos 2014, 48-49).

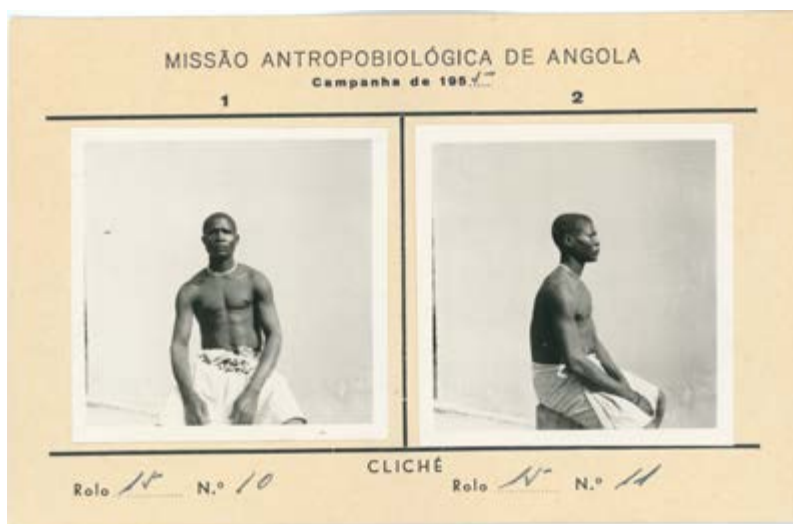
¹⁰ Apesar de a autorização governamental para o início das missões antropológicas ter sido concedida em 1935 e de a JMGIC ter sido criada em 1936, a sua atividade teria um *boost* decisivo a partir de 1945, pelas razões conhecidas (Castelo 2012).

¹¹ Tratando-se de uma clara tentativa de regulamentação da pose fotográfica, a pretensão científica do sistema de Bertillon distinguiu-o de outras tentativas semelhantes, desde logo no plano da antropologia física: Paul Broca, pai da antropologia francesa, terá sido o primeiro a advogar a utilização da fotografia, prescrevendo a captura fotográfica do busto de frente e de perfil, com os braços estendidos, o que, como bem assinala Ferraz de Matos, resultava numa postura rígida e inexpressiva; no final da década de 1860, o biólogo inglês Thomas H. Huxley, visando mapear as raças do império britânico, sugeriu que os corpos fossem fotografados nus e que além da fotografia frente/perfil fosse acrescentada uma escala de medida (antropométrica), a câmara sendo colocada a uma distância fixa (Matos 2014, 46-47; cf. também Edwards 2001, 131 ss.; Green 1984).



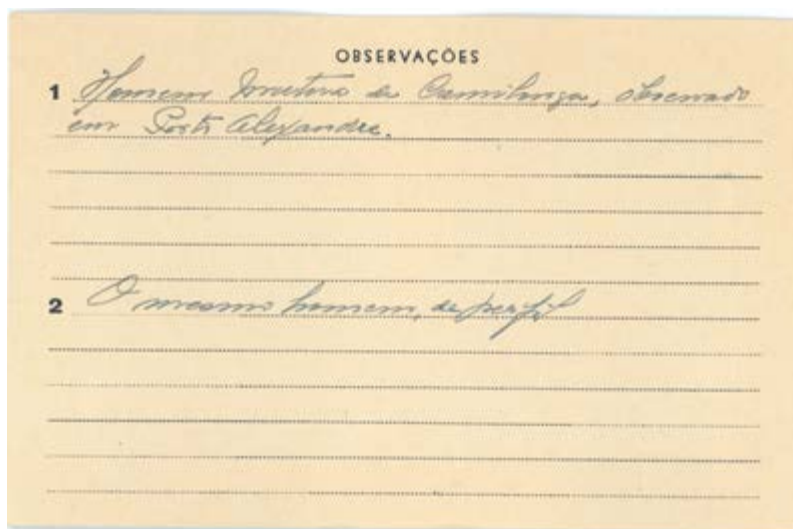
Imagens 1-2
Frente e verso de ficha da MAA,
campanha de 1950, ilustrando a fotografia
antropométrica. Imagens cedidas
por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-
-MAA_34127A-B).

E, no entanto, essa condição desviante nem sempre é atestada pela imagem, como deveria ser. A Imagem 3 é um desses casos: nela, um homem negro é fotografado em tronco nu com um fundo neutro de cor branca (parede ou tela, não é claro). De frente e de perfil, sem sorrir e com os braços ao longo do corpo, ele obedece aos requisitos do *bertillonage*. A sua atitude, porém, consegue inspirar muito mais leveza e descontração — liberdade — do que o contrário.



Imagens 3-4

Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1955, ilustrando a fotografia antropométrica. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_34704A-B).



De qualquer forma, a construção visual do Outro racial que por este espólio se esboça terá na fotografia o seu instrumento privilegiado, sendo indispensável para se poder avaliar o que foi a cultura visual da antropologia colonial portuguesa. De resto, como foi já assinalado por alguns autores, caso de Ferraz de Matos, a história deste *medium* corre paralela à da antropologia (Matos 2014, 46; cf. também Pinney 2011,

11). Apropriada pela classe científica logo após o seu surgimento, na França de 1839, a fotografia era entendida como uma ferramenta de tipo geometrizar ou matemático, muito útil à estatística (Sekula 1986, 17). Ela revelava-se especialmente indicada para o estudo do vivo, permitindo a descrição de caracteres, a medição de partes do corpo, o preenchimento de fichas antropométricas, bem como a determinação de coeficientes como a robustez física, a cor dos olhos ou do cabelo (Matos 2014, 49), todos traços *epidermicamente* visíveis.

Justamente, como frisa Roque (2006), a ascensão da antropologia colonial está estreitamente ligada ao estudo do corpo vivo, para o que o evento da I Exposição Colonial Portuguesa foi determinante, como enunciei atrás, ao proporcionar pela primeira vez condições laboratoriais de estudo, com base numa amostra populacional considerável, uma «matéria-prima» a baixo custo de investigação, apta a fornecer dados suficientes para produzir dados estatísticos (Madureira 2003, 286). Os “corpos indígenas” reuniam-se assim aos criminosos e doentes mentais, no espaço da prisão e do asilo. Quanto à antropologia colonial, o controlo prévio dos indivíduos contava com a colaboração das estruturas de poder existentes nas colónias — os régulos e as autoridades administrativas, que procediam à arregimentação forçada das populações (Matos 2014, 51)¹².

No movimento articulado entre o confinamento moderno de certas faixas populacionais e o seu conhecimento científico, a fotografia afigura-se como um dispositivo ao serviço do saber-poder: ao mesmo tempo que reforça o controlo sobre os indivíduos nessa situação, ela auxilia a produção de conhecimento sobre eles. Confinados em espaços delimitados, esses sujeitos são observados e *fixados* por meio da fotografia, que assim aprofunda de maneira simbólica a imobilização física ou efetiva dos corpos.

Talvez possa dizer-se que a fotografia, que é tanto uma técnica de trabalho de campo como instrumento analítico de laboratório, produz ela própria o conhecimento laboratorial. Decerto, no contexto da antropologia portuguesa desta altura, ela permite colmatar a ausência do laboratório no terreno. Obedecendo a normas pré-definidas, conduzida por um olhar pré-condicionado, a produção de imagens fotográficas dos corpos colonizados feita *in loco* contém em si os resultados que poderiam ser obtidos mais tarde em laboratório, de tal maneira que, de África aos gabinetes de estudo da metrópole, aquilo que viaja transcontinentalmente com as imagens produzidas é já a prova que se pretende obter: os corpos colonizados são corpos civilizacionalmente atrasados, biologicamente inferiores, conforme patenteado no conjunto de estigmas que a sua representação visual fotográfica revela.

¹² A propósito da MAM, Sílvio Correa relata: “A chegada da equipa da MAM numa circunscrição era informada com antecedência ‘de modo a que as autoridades administrativas possam concentrar nos locais convenientes duas ou três centenas de indígenas adultos de ambos os sexos e, se possível, de idades entre os 25 e os 40 anos’ (Santos Júnior, 1948, p. 22). Algumas vezes, o número de pessoas era inferior ao esperado ou as pessoas recrutadas não correspondiam à faixa etária para as amostras. Houve lugares onde a concentração de pessoas foi além da expectativa.” (Correa 2021, 4).

Os estigmas

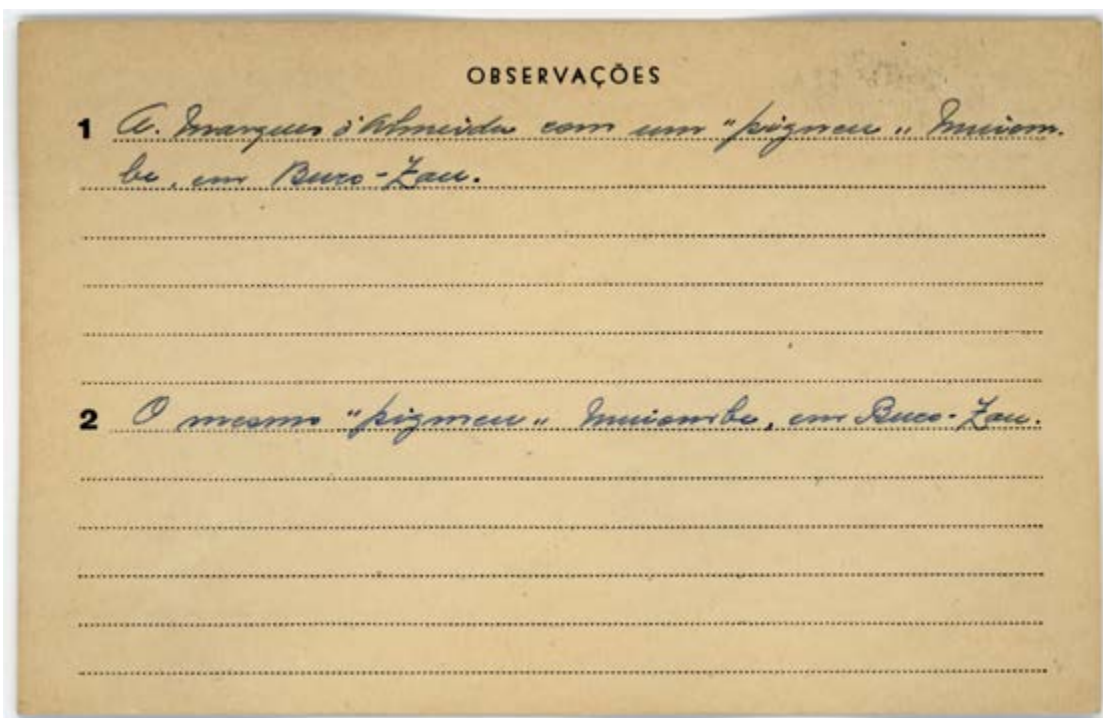
Eram, pois, os estigmas visíveis à superfície do corpo aquilo que os antropólogos procuravam captar através do registo fotográfico. Seguindo a taxonomia lombrosiana, esses estigmas podiam ser de ordem física e/ou anímica, contendo-se aqui traços comportamentais e até etnográficos:

Entre os estigmas físicos, contavam-se a protuberância occipital, as órbitas volumosas, a testa fugidia, as arcadas supraciliares e zigomáticas salientes, as orelhas grandes e afastadas, o nariz tortuoso, os lábios grossos, o prognatismo mandibular, as arcadas dentárias deformadas, os braços excessivamente longos, as mãos grandes, as anomalias dos órgãos sexuais e a polidactilia. No que respeita aos estigmas anímicos, avultavam a insensibilidade à dor, a ausência de senso moral, a crueldade, o cinismo, a vaidade, o carácter impulsivo, a preguiça excessiva e a tendência para as tatuagens. (Santos 2010, 142)

Tal como são vistas hoje, no seu estado original, as fotografias das missões antropológicas eram coladas em fichas de cartão contendo em regra duas imagens (segundo a norma dupla antropométrica). No verso, em letra manuscrita, ofereciam-se indicações parcas e padronizadas, a saber, o mais das vezes: o sexo do indivíduo (mulher/homem) e a sua etnia; no caso dos estigmas somáticos patológicos, a sua designação; raras vezes, curiosidades (*e.g.*, a tradução de um termo em português para a língua nativa). Os sujeitos retratados não são jamais nomeados.

Na campanha de 1950, as imagens referentes ao pigmismo trazem inevitavelmente à memória outras histórias: a do congolês Ota Benga (1883-1916), por exemplo, exposto várias vezes nos EUA (na Exposição Universal de 1904 ou no Zoológico do Bronx, em 1906) como uma atração de feira a par dos macacos — quando não fotografado com um símio ao colo. Surge aqui, em todo o seu esplendor, a teratologia colonial, que tratou de animalizar os sujeitos racializados com o objetivo de os dar a ver na sua condição não-humana ou, quanto muito, de ser humano inferior¹³.

¹³ O pigmismo, em particular, era fortemente relevado na tipologia antropológica. Num artigo sem data, mas provavelmente escrito na década de 1930, o antropólogo francês Lucien Mayet divide as raças humanas em negros, amarelos (asiáticos) e brancos; nos negros, à cabeça, os pigmeus, indício de atavismo: “Ils représentent la mutation actuelle d’un rameau certainement d’origine très lointaine” (Mayet s/d, 176). Daí, duas interpretações são avançadas: os pigmeus podem ser como recessos de uma humanidade primitiva, ou representantes de uma linhagem de mamíferos anões não exclusivamente africana.



Imagens 5-6

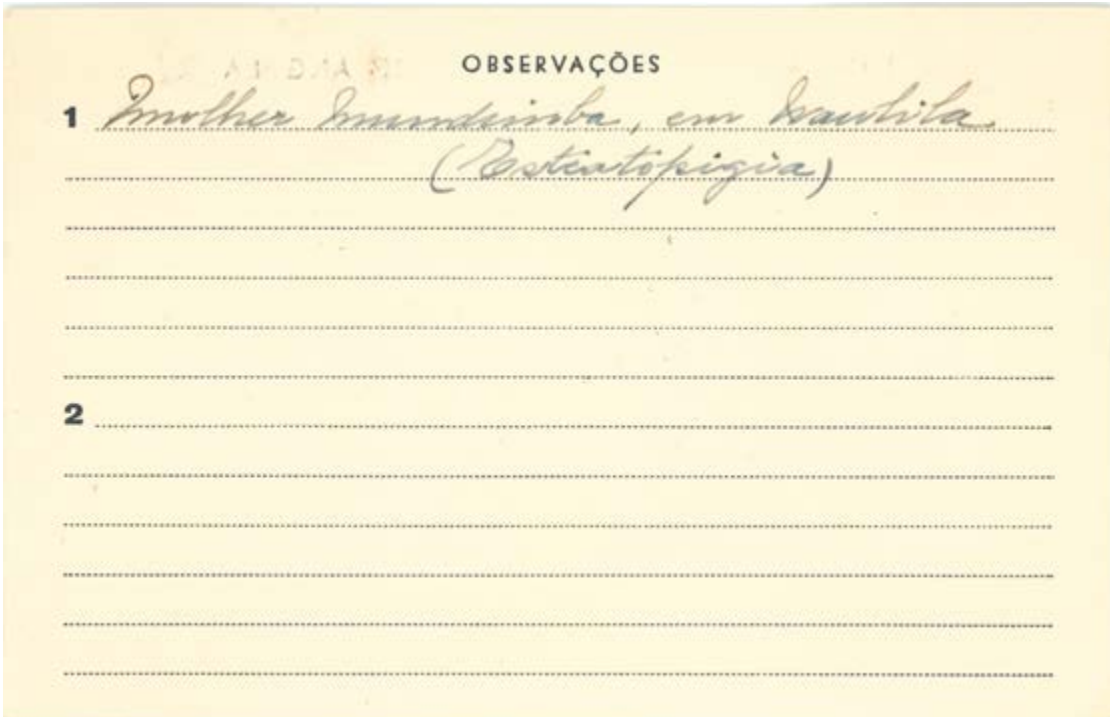
Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1950, ilustrando um caso de pigmismo, classificado à época como um estigma somático patológico característico de certas etnias africanas. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_34024A-B).

Numa das fotografias (Imagem 5), o assistente da missão surge ao lado de um suposto pigmeu de etnia miombe. Inúmeras são as fotografias do arquivo colonial em que colonizadores se fazem fotografar junto de colonizados. No caso específico desta fotografia, e sem pretender abraçar aqui teses mais benévolas em que prevalece a tônica afetiva do chamado *encontro colonial* (Correa 2021; Edwards 2015; Roque 2022), questiono se o objetivo dessa presença conjunta não seria, à falta de uma escala inserida na própria imagem, o de confrontar normal *versus* anormal a partir do desfaseamento na altura dos dois homens. De resto, o estudo dos indivíduos colonizados teve sempre como termo privilegiado de comparação — a sua medida-padrão — a população portuguesa, europeia ou norte-americana¹⁴.

Outro estigma físico celebrizado pela antropologia colonial internacional é a esteatopigia, hipertrofia das nádegas causada pelo acúmulo de gordura nessa zona, que encontramos numa fotografia da campanha de 1955, com a indicação no verso da ficha (Imagens 7-8). Por ser uma condição comum na etnia sul-africana designada por hotentote, as suas detentoras, insistentemente expostas e visualmente reproduzidas, ficaram conhecidas como Vénus hotentote, a mais famosa — a primeira, estudada por Cuvier numa época prévia à fotografia — tendo sido Saartjie Baartman (1789-1815).

De um modo muito claro, as imagens dos estigmas somáticos considerados patológicos perfazem uma teratologia colonial que se articula com a tradição dos zoos humanos, da qual a nossa I Exposição Colonial foi ao encontro, assim revelando o exibicionismo e etnocentrismo do ambiente positivista (Samain 2001, 111 ss.). Além disso, *per se*, a visualidade espetacular do *medium* fotográfico adequa-se a certas doenças ou estigmas físicos. A espetacularidade, i.e., aquilo que mais facilmente se dá à visão e mais efeitos de surpresa, choque e espanto produz no espectador, parece realmente ser o critério maior destas como de outras fotografias similares (Flores 2013, 21).

¹⁴ Esta circunstância aplica-se ao caso da avaliação da “robustez indígena”. Contrariando o mito de que a robustez era um índice de uma força física anormal existente nos negros, revelando tanto o seu atavismo como a sua perigosidade, os estudos dinamométricos realizados por Mendes Correia provavam, afinal, que os indígenas possuíam menos força e destreza física do que os europeus e norte-americanos. No estudo *Dinamometria nos indígenas das colónias portuguesas*, apresentado em 1942 e publicado em 1944, os “indígenas” são comparados tanto com delinquentes quanto com “Portugueses normais” (com *p* maiúsculo, por contraste aos portugueses delinquentes), concluindo-se, em qualquer caso, pela sua inferioridade em termos de força e destreza manual. O mesmo é deduzido do estudo *Fôrça muscular e patologia racial*, de 1942, sumarização do anterior, no qual Mendes Correia escreve: “Em relação aos Portugueses normais, tôdas as séries de indivíduos coloniais estão em inferioridade dinamométrica. O mesmo sucede em relação àqueles, com os portugueses delinquentes.” (Mendes Correia 1942, 4).



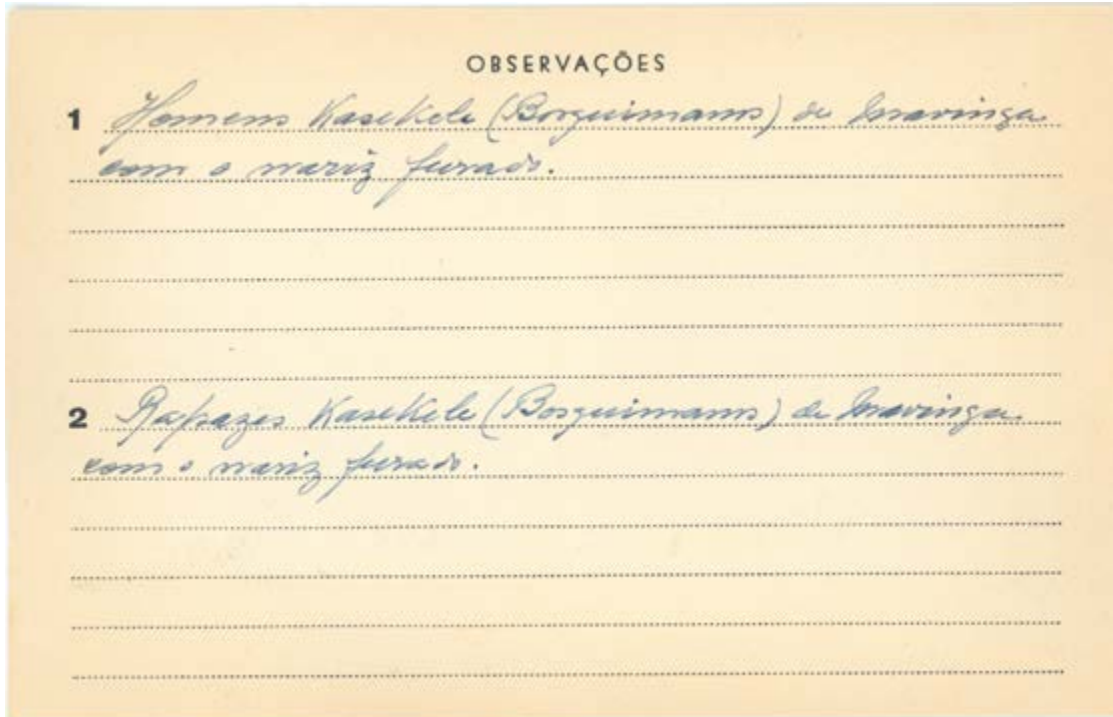
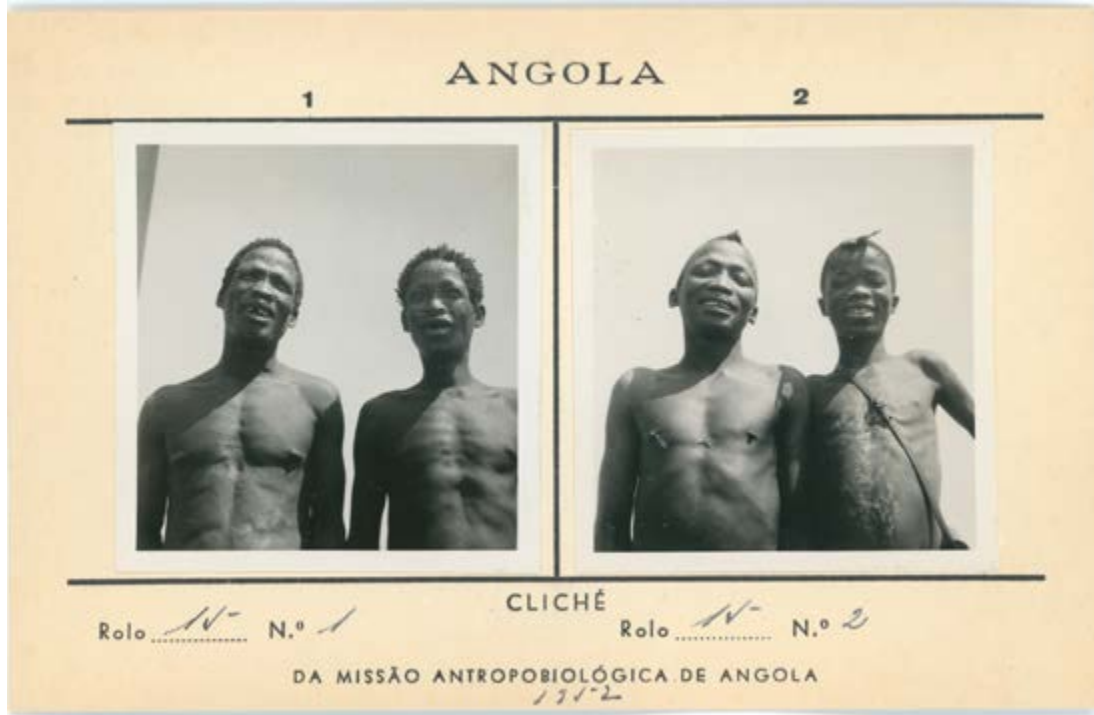
Imagens 7-8
Frente e verso de ficha da MAA,
campanha de 1955, ilustrando um caso
de esteatopigia, classificada à época como
um estigma somático patológico. Imagens
cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-
-ColFOTO-MAA_35592A-B).

Das imagens relativas aos estigmas somáticos, aquelas que sem dúvida mais impressionam nas fotografias da Missão analisada é a dezena de fichas ginecológicas pelas quais se retrata a “hipertrofia dos pequenos lábios”. Imagens de um teor obsceno, elas ilustram o modo como as mulheres foram sujeitas à violência ginecológica da mais variada espécie com o objetivo de provar uma sexualidade patológica ou hipersexualidade, plasmada no tamanho anormal da sua vulva, ditando a sua perigosidade ou a necessidade da sua «domesticação». Por elas tomamos também consciência da ligação que nunca deixou de existir entre antropologia e medicina — esta última sendo, de resto, a formação-base dos cientistas das missões —, aliás consubstanciada na relação estreita que se provou já ter existido entre a classe biomédica e o regime nazi, no sentido de uma eugenia tanto positiva como negativa, no jogo estabelecido entre uma biopolítica e uma tanatopolítica (Cascais 2014, 159).

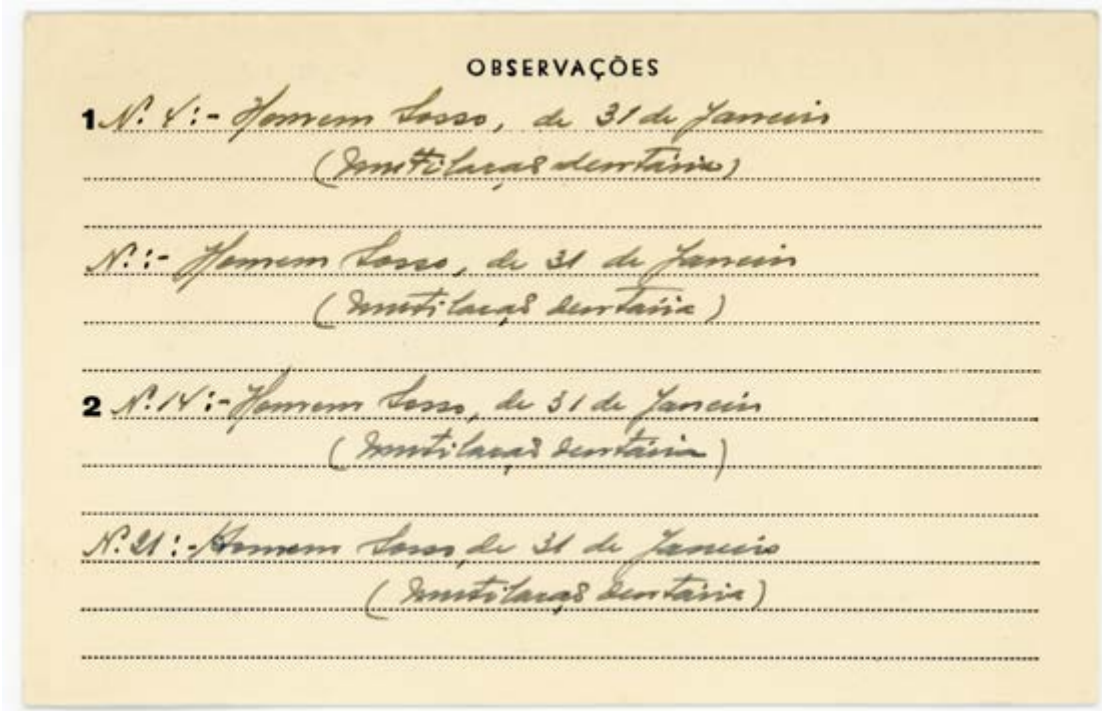
A par dos estigmas físicos, o que este espólio (e não só este mas o das missões como um todo) tem para oferecer em abundância são fotografias de um cariz tomado por etnográfico, que aqui proponho reconduzir à sua verdadeira dimensão física. Refiro-me às fotografias dizendo respeito às chamadas mutilações étnicas, que os antropólogos vinham estudando sob um ponto de vista que, longe de singularizar a cultura de um povo, antes a estigmatizava, acabando por engrossar a lista dos estigmas¹⁵. Assim, podemos enumerar dezenas de fotografias relacionadas com perfurações do septo e asas do nariz (Imagens 9-10), aguçamento, limagem ou avulsão dentária (Imagens 11-12), escarificações (Imagens 13-14) ou mesmo penteados (Imagens 15-16), que integram de direito aquela lista, subsumindo o plano cultural ao físico: não tomando os traços culturais *per se*, como a antropologia cultural estrangeira fazia há décadas — e dando aí uma prova acrescida do seu anacronismo teórico¹⁶ —, a antropobiologia colonial portuguesa, tal como a antropologia colonial desta época de um modo geral, mandatada por uma agenda estatal, parece tomá-los antes como mais um indicador do carácter degenerado ou inferior destas populações.

¹⁵ Em 1937, António de Almeida publicara *Sobre as mutilações étnicas dos aborígenes de Angola*, onde oferecia a lista do que a antropologia identificava como tal, a saber: perfurações das orelhas; mutilações dentárias (aguçamento, limagem ou avulsão dos dentes, com desenhos ilustrativos); tatuagens; mutilações dos órgãos genitais (inclui fotografias do ritual de circuncisão bimbundo [na época ainda conotada como ritual religioso étnico]); outras mutilações étnicas incluíam ainda: deformações cranianas; perfurações do septo e asas do nariz, bem como dos lábios; ablação das falanges dos dedos dos pés; por fim, encontram-se ainda referências ao vestuário e aos ritos pubertários. A curiosidade do antropólogo não consegue evitar a estranheza que tais *usos e costumes* de natureza *exótica, bizarra*, lhe suscitam. Nada mudou desde a etnografia do princípio do século, quando Eusébio Tamagnini, por exemplo, apresentou o seu *Esboço dum estudo etnográfico: A colónia indígena da Ilha de S. Tomé* (1902) onde de um modo claríssimo, os indicadores materiais estudados — linguagem, alimentação, família, religião, indústria — eram reconduzidos à tese da inferioridade natural das populações, *a inferioridade material limitando-se a atestar a sua inferioridade natural* (Santos 2002, 115).

¹⁶ Falando de Mendes Correia, Patrícia Ferraz de Matos aponta “um certo anacronismo relativamente às correntes teóricas que já circulavam na antropologia social britânica e na antropologia cultural norte-americana, bem como em outros países. Ao contrário de Franz Boas, por exemplo, o professor da FCUP não encontrou um equilíbrio entre os estudos de âmbito físico e os estudos de âmbito cultural, acabando a ideia de raça por ter uma presença constante e fundamental na sua obra. Tal poderá estar relacionado com as convicções do autor, mas também com o facto de que um trabalho como este poderia ter um papel importante no âmbito do investimento e política de administração colonial. Como acréscimo, observa-se uma vontade de vincular aspectos biológicos e hereditários de cada grupo humano a comportamentos psicossociais.” (Matos 2014, 61-62).



Imagens 9-10
 Frente e verso de ficha da MAA,
 campanha de 1952, ilustrando a prática
 da perfuração nasal, classificada à época
 como uma forma de mutilação étnica.
 Imagens cedidas por ULisboa/IICT
 (UL-IICT-ColFOTO-MAA_35236A-B).



Imagens 11-12

Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1950, ilustrando a prática de intervenção dentária, classificada à época como uma forma de mutilação étnica. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_35404A-B).



OBSERVAÇÕES

1 *Saturação mesma mulher Warbengou de Katala*

2 *Saturação mesma mulher Warbengou do Innuosi*

Imagens 13-14
Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1952, ilustrando a prática da escarificação, classificada à época como uma forma de mutilação étnica. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_35466A-B).



OBSERVAÇÕES

1 *Penteado numa mulher primitiva de Camilanga observada em São Alexandre*

2 *Penteado numa mulher primitiva - Nibinjan*

Imagens 15-16
Frente e verso de ficha da MAA,
campanha de 1955, ilustrando penteados,
incluídos na lista das chamadas mutilações
étnicas, classificação hoje desacreditada.
Imagens cedidas por ULisboa/IICT
(UL-IICT-ColFOTO-MAA_35708A-B).

Por estas imagens se percebe que aquilo que na fotografia científica determina ou regulamenta a pose é menos o critério antropométrico do que o estigma, cuja localização determina o enfoque da lente: as negras e negros fotografados surgem com a cabeça baixa para mostrar o penteado, de costas para dar a ver a tatuagem aí gravada, de boca aberta para mostrar os dentes mutilados, de lado para revelar o tamanho anormal das nádegas... E no caso das imagens ginecológicas, o grande plano da vulva pode perfeitamente dispensar o rosto de quem assim é fotografada.

Que o *estigma determina a pose* é, porém, uma circunstância que pode afetar a pretendida objetividade científica da produção fotográfica das missões. Algumas imagens das chamadas mutilações dentárias (Imagens 11-12) são um ótimo exemplo: nelas, a ordem para mostrar os dentes, a que os fotografados obedecem, tem como resultado abertos sorrisos que claramente distraem da condição pretensamente estigmática dos sujeitos em questão.

“Vida na missão”

Uma das respostas possíveis ao argumento atual de que mostrar estas e outras imagens representa uma reedição das formas de domínio exercido sobre as populações africanas é mostrar *o outro lado*: o lado de quem perpetrou a dita violência. Como corrobora Ferraz de Matos, “a fotografia colonial poderá ser uma fonte útil, não tanto para analisar os fotografados, mas sobretudo para analisar os que fotografaram ou os que promoveram a sua realização” (Matos 2014, 63). O espólio iconográfico das missões permite essoutra perspectiva, já que a fotografia foi também largamente usada pelos antropólogos como meio de registo diarístico, complementando os diários escritos. Mais uma vez, contudo, o que pretendo apontar nas imagens é não só o carácter violento e forçado da empresa científica colonial como, sobretudo, a diferença de tratamento existente entre a captura fotográfica dos corpos racializados e as fotografias de elementos da equipa (sem desprimor de que estes amiúde se fizessem fotografar com os fotografados), cujo único denominador comum é o suporte físico das fichas de cartão e os apontamentos descritivos manuscritos no verso.

O que mais chama a atenção é aquilo a que rudimentarmente chamarei o lado pseudoartístico das fotografias dos elementos da missão, contidas na rubrica arquivística “Vida na missão”. Sem chegar a abranger aqui o riquíssimo tema do cruzamento entre a fotografia comercial e a científica, ou o modo como esta, sendo posterior, se confunde ainda com aquela nos seus primórdios (cf. *e.g.* Pultz 1995, I), aponto apenas o modo como quem fotografa com um intuito científico se fotografa a si próprio de um modo diferente, com outro olhar.

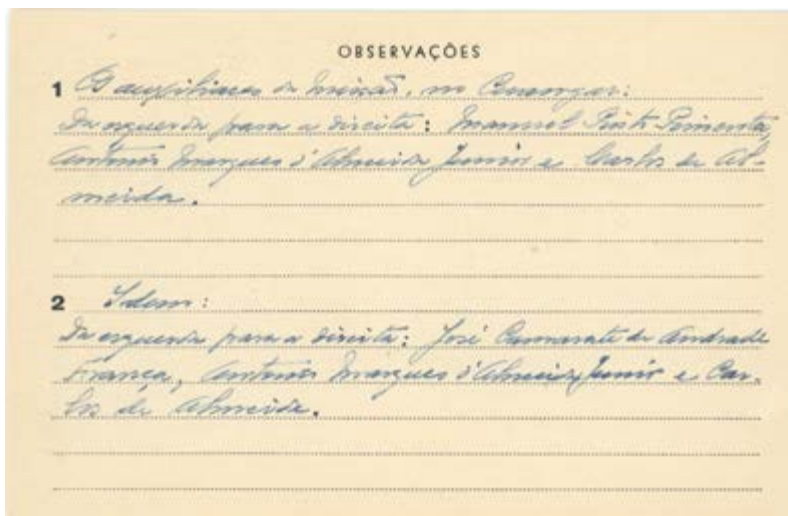
Nesta prática vernacular da fotografia, feita por amadores ou não profissionais da fotografia e buscando retratar o quotidiano, o que mais se destaca nas imagens é a enunciação desse mesmo quotidiano. A dimensão cénica que me parece ecoar nestas outras imagens denuncia-se não apenas em fatores que não atendem aos ditames formais da

fotografia científica — *e.g.*, a distância a que é colocada a câmara —, como sobretudo nas poses adoptadas: geralmente no exterior, muitas vezes em cenários de beleza natural, por vezes junto a meios de transporte utilizados nas viagens da equipa — caso da carrinha Land-Rover (Imagem 19) e não, seguramente, da carroça que a antecede na mesma imagem, como que estabelecendo, também aqui, a diferença entre primitivos e civilizados no plano da mobilidade, numa espécie de “antes e depois” da civilização.



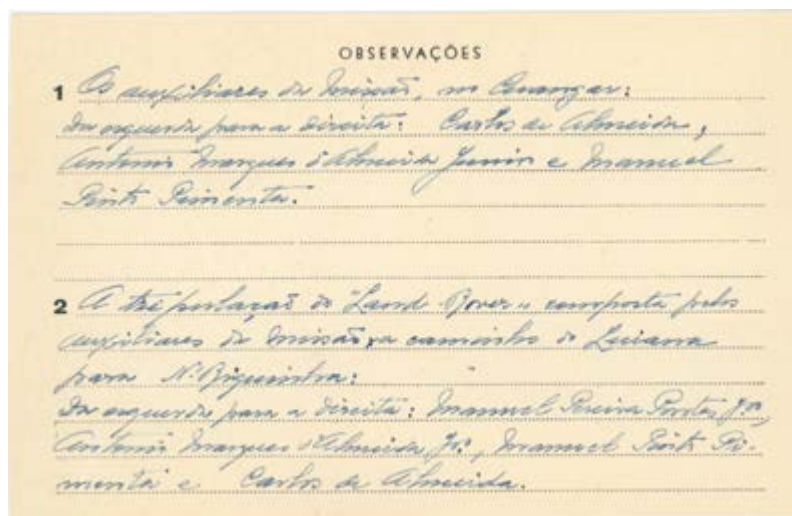
Imagens 17-18

Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1952, retratando alguns membros da Missão. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_35483A-B).



Imagens 19-20

Frente e verso de ficha da MAA, campanha de 1952, retratando alguns membros da Missão junto a meios de transporte. Imagens cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-ColFOTO-MAA_35476A-B).



De todas essas fotografias, aquela que gostaria de destacar é a série de fotografias feita com a auxiliar da missão Maria Emília de Almeida (filha do chefe da Missão, António de Almeida), no acampamento de Tapa, algures durante a campanha de 1952 (Imagens 21-22). A antropóloga é retratada no terreno, manuseando aquilo que parece ser uma espingarda. Elegantemente vestida, usando calças e envergando um chapéu de caça, é fotografada de pé. Nunca encarando a câmara, surge primeiro olhando para baixo, na direção da arma — um claro sinal de poder —, e depois, já com ela ao ombro, numa pose a três quartos, com um semblante tão plácido quanto contemplativo. O seu à vontade em face da câmara é evidente. No verso da ficha, lê-se: “A auxiliar Sra. D.^a Maria Emília de Almeida”; e na legenda à segunda fotografia, é reforçado que a imagem retrata “a mesma senhora”. Não já uma mulher, não já uma etnia, não já uma patologia: uma *senhora*. Por escrever ficou: branca, europeia.



OBSERVAÇÕES

1 *A auxiliar Di.ª Maria Emília de Almeida
em acampamento de Sopa.*

2 *A mesma senhora*

Imagens 21-22
Frente e verso de ficha da MAA,
campanha de 1952, retratando Maria Emília
de Almeida, auxiliar da Missão. Imagens
cedidas por ULisboa/IICT (UL-IICT-
-ColFOTO-MAA_35477A-B).

*

No curso *Os anormais*, lecionado no ano letivo de 1974-1975 no Collège de France, Michel Foucault aponta as duas tecnologias ativadas pela psiquiatria no final do século XIX para lidar com o problema do *instinto* — leia-se, o inconsciente, os automatismos observados no comportamento humano, a degenerescência enquanto sua carga hereditária: por um lado, a psicanálise, “grande tecnologia da correção e da normalização da economia dos instintos”; por outro, o eugenismo, “correção do sistema instintivo dos homens por uma depuração da raça” (Foucault 2018, 114). Este foi também, como procurei afirmar, o grande cavalo de batalha da antropobiologia portuguesa, que a ciência colonial prolongou no tempo em função da conjuntura política. Quero com isto concluir que os caminhos de psiquiatria e antropologia podem, afinal, só se apartar à superfície. A um nível mais profundo, os seus pressupostos e os seus objetivos continuam a ser os mesmos: em qualquer caso, se prosseguiu a agenda da normalização dos comportamentos ou do sancionamento de tudo quanto escape à norma.

Este texto encontra na produção fotográfica das missões antropológicas na África portuguesa, em especial da MAA, uma demonstração do enviesamento do olhar científico sobre os corpos colonizados. Em contrapartida, procurou apontar o modo como algumas dessas imagens se constituem como elementos disruptivos do próprio estatuto científico da fotografia antropobiológica: decerto, a força estética de muitas delas afeta a neutralidade almejada; por vezes, é a expressão fisionómica assumida pelo(a) retratado(a); outras vezes, a sua postura corporal... Seja o que for, em cada uma dessas fotografias e por todas elas se anuncia algo como a *descolonização das imagens*.

Financiamento

Este trabalho teve o apoio financeiro da FCT (III Quadro Comunitário de Apoio) no âmbito do projeto Photo Impulse (PTDC/COM-OUT/29608/2017) e de uma bolsa de investigação doutoral (SFRH/BD/138843/2018). Beneficiou ainda do uso da infraestrutura PRISC (Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections).

Bibliografia

- Agra, Cândido da. 2012. “Como nascem as disciplinas gêmeas? Acerca da matriz epistémica da criminologia e da psiquiatria.” In *A criminologia: Um arquipélago interdisciplinar*, editado por Cândido da Agra, 431-458. Porto: U. Porto Editorial.
- Benjamin, Walter. 2008. *Sobre la fotografía*. Traduzido por José Muñoz Millanes. Valência: Editorial Pre-textos.
- Cascais, António Fernando. 2014. “A receção da eugenia alemã em Portugal 1933-1945.” In *A Angústia da Influência: Política, Cultura e Ciência nas relações da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945*, editado por Fernando Clara e Cláudia Ninhos, 157-196. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, Bruxelles, New York, Oxford, Wien: Peter Lang Edition.
- _____. 2016. “A inquietante estranheza da microcefalia, modelo da fotografia psiquiátrica em Portugal.” *Revista de Comunicação e Linguagens* (45): 97-120.
- Cascais, António Fernando, e Mariana Gomes da Costa. 2019. “Corpos colonizados: Recursos com paisagem em fundo. Uma agenda de pesquisa.” *Vista* (5): 101-126. <https://doi.org/10.21814/vista.3042>.
- Castelo, Cláudia. 2012. “Ciência, Estado e desenvolvimento no colonialismo português tardio.” In *O império colonial em questão (s. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*, organizado por Miguel Bandeira Jerónimo e Diogo Ramada Curto, 349-387. Lisboa: Edições 70.
- Cid, José Sobral. 1924. “Classificação e sistemática geral das psicoses.” In *Obras*, 73-102. Vol. I. Lisboa: FCG.
- Clemison, Richard. 2014. *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Budapest / New York: Central European University Press.
- Correa, Sílvio Marcus de Souza. 2021. “Fotografias de uma anomalia: Alteridade e os limites da comunicação intercultural em situação colonial.” *Vista* (7):e021006. <https://doi.org/10.21814/vista.3404>.
- Edwards, Elizabeth. 2001. *Raw histories*. Oxford-Nova Iorque: Berg.
- _____. 2015. “Anthropology and photography: a long history of knowledge and affect.” *Photographies* 8(3): 235-252. <https://doi.org/10.1080/17540763.2015.1103088>.
- Flores, Teresa. 2013. “A fotografia médica dos corpos ‘indígenas’: A documentação fotográfica dos Serviços de Saúde da Diamang.” In *Olhares sobre a cultura visual da medicina em Portugal*, editado por António Fernando Cascais, 395-453. Lisboa: Leya.
- Foucault, Michel. 1963. *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical*. Paris: PUF.
- _____. 2018a. *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2018b. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Traduzido por Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Freire, Basílio. 1889. *Estudos de anthropologia pathologica: Os criminosos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Gould, Stephen Jay. 2004. *A falsa medida do homem*. Traduzido por Ana Luísa Coelho. Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Green, David. 1984. “Classified subjects. Photography and anthropology: The technology of power.” *Ten/8: Photographic Journal* (14): 30-37.
- Leal, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lombroso, Cesare. 1877. *L’homme criminel: Étude anthropologique et médico-légale*. Paris: Alcan.
- Madureira, Nuno Luís. 2003. “A estatística do corpo: Antropologia física e antropometria na alvorada do século XX.” *Etnográfica* 7(2): 283-303. <https://doi.org/10.4000/etnografica.2899>.
- Matos, Patrícia Ferraz de. 2006. *As côres do Império: Representações raciais no império colonial português*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

- _____. 2012. “Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: Contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais de século XIX aos finais da década de 50 do século XX).” Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/7831>.
- _____. 2014. “A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): Modos de representar, diferenciar e classificar da ‘antropologia colonial’.” In *O império da visão: A fotografia em contexto colonial*, organizado por Filipa Lowndes Vicente: 45-66. Lisboa: Edições 70.
- Mayet, Lucien. s/d. “Races humaines préhistoriques et actuelles. Dans *Hérédité et races*, organisé par Groupe Lyonnais d’Études Médicales Philosophiques et Biologiques: 162-187. Juvisy (Seine-et-Oise): Les Éditions du Cerf.
- Mendes Correia, António Augusto. 1942. “Força muscular e patologia racial.” Sep. *Jornal do Médico*, n.º 49, 1 Dezembro 1942. Porto.
- _____. 1944a. “Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate.” In *Gérmens e cultura*, 61-173. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.
- _____. 1944b. “Dinamometria nos indígenas das colónias portuguesas.” Porto: Imprensa Portuguesa.
- _____. 1950. “O apoio humano e económico da África à Europa Ocidental”. Sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 67ª série, n.º 7-8, Julho-Agosto 1949.
- _____. 1951. *Investigação científica no Ultramar*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Morel, Bénédict. 1857. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l’espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: J. B. Bailliére.
- Oliveira Manuel José d’. 1904. *O problema de Lombroso: Estudo critico de bio-sociologia sobre a theoria atávica do crime*. Porto: Typ. A. F. Vasconcelos.
- Pereira, Rui M. 1987. “O desenvolvimento da ciência antropológica na empresa colonial do Estado Novo.” In *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. II: 89-106. Lisboa: Fragmentos.
- _____. 2005. “Raça, sangue e robustez: Os paradigmas da antropologia física portuguesa.” *Caderno de Estudos Africanos* (7/8): 209-241. <https://doi.org/10.4000/cea.1363>.
- Pultz, John. 1995. *The body and the lens: Photography 1839 to the present*. Nova Iorque: Harry N. Abrams, Inc..
- Quintais, Luís. 2008. “Torrente de loucos: A linguagem da degeneração na psiquiatria portuguesa da transição do século XIX.” *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* 15(2): 353-369. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000200007>.
- Roque, Cristina, e Vítor Rosado Marques. 2010. “A missão antropológica de Timor no contexto das missões científicas portuguesas.” In *Viagens e missões científicas nos trópicos (1883-2010)*: 73-77. Catálogo de exposição. Lisboa: IICT.
- Roque, Ricardo. 2006. “A antropologia colonial portuguesa (c. 1911-1950).” In *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, editado por Diogo Ramada Curto: 789-822. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. 2022. “Equivocal Connections: Fonseca Cardoso and the Origins of Portuguese Colonial Anthropology.” In *Bérose: Encyclopédie internationale des histoires de l’anthropologie*, art. 2534. Paris. <https://www.berose.fr/article2534.html?lang=fr>
- Samain, Étienne. 2001. “Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: O jornal *La Lumière* (1851-1860).” *Revista de Antropologia* 44(2): 89-126. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000200003>.
- Santos, Joaquim António Fernandes dos. 2002. “Do império da raça à ‘raça do império’ (etnicidade e colonialismo, 1870-1914).” Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. http://promemoria.ceis2o.uc.pt/biblioteca/index.php?target=detalheLivro&id_livro=1001.

- Santos, Jorge Costa. 2010. “Corpo desviante: Um olhar médico-legal.” In *Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da I República*, editado por AA. VV.: 139-149. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, Gonçalo Duro dos. 2012. “The Birth of Physical Anthropology in Late Imperial Portugal.” *Current Anthropology* 53(S5): S33-S45. <https://doi.org/10.1086/662329>.
- Sekula, Alan. 1986. “The body and the archive.” *October* 39: 3-64. <https://www.jstor.org/stable/778312>.
- Sena, António Maria de. 2003. *Os alienados em Portugal*. Lisboa: Ulmeiro.
- Stocking Jr., George W. 1982. “Afterword: A view from the center.” *Ethnos* 47(1-2): 172-186. <https://doi.org/10.1080/00141844.1982.9981237>.
- _____. (org.) 1988. *Bones, bodies, behaviour*. Madison: University of Wisconsin.
- Viegas, Susana, e João de Pina-Cabral. 2014. “Na encruzilhada portuguesa: A antropologia contemporânea e a sua história.” *Etnográfica* 18(2): 311-332. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3694>.
- “Ato colonial”. 1930. *Diário do Governo*, n.º 156/1930, Série I de 1930-07-08.
- “Estatuto político, civil e criminal dos indígenas”. 1929. *Diário do Governo*, n.º 30/1929, Série I de 1929-02-06.

Nota biográfica

Investigadora do ICNOVA no grupo Cultura, Mediação & Artes. Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com um projeto que cruza as áreas das Ciências da Comunicação e da Filosofia para estudar a cultura visual da psiquiatria portuguesa. Membro do projeto *Photo-Impulse. O impulso fotográfico: medindo as colónias e os corpos colonizados. O arquivo fotográfico e filmico das missões portuguesas de geografia e antropologia* (PTDC/COM-OUT/29608/2017). Licenciada em Comunicação Social pela Universidade Católica

Portuguesa (2005) e em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2010), concluiu aí em 2018 um mestrado sobre a obra de Michel Foucault. Nos últimos anos, conciliou o trabalho de *freelancer* na área da Imprensa escrita com a colaboração com os centros de investigação CEFi-UCP e CLEPUL-FLUL, desempenhando tarefas de revisão e tradução, fixação de texto antigo e comunicação institucional.

ORCID

[0000-0002-0222-8573](https://orcid.org/0000-0002-0222-8573)

Morada institucional

ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova Av. de Berna, 26C, 1069-061, Lisboa, Portugal.

Recebido Received: 2022-10-12

Aceite Accepted: 2023-02-28

DOI <https://doi.org/10.34619/vv1b-kghm>